

Presidente da Funai diz que seu compromisso é respeitar o índio

O novo presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Coronel da reserva João Carlos Nobre da Veiga, disse ontem não ter outro programa a cumprir senão respeitar o Estatuto do Índio. Manifestou, contudo, a convicção de que, paulatinamente, as diversas tribos vão ser integradas na comunhão nacional, ainda que a extinção ou não dos hábitos indígenas dependa exclusivamente deles.

O Sr Nobre da Veiga começa sua nova função — deve ser empossado na próxima semana — com um elogio aos silvícolas: "O índio é inteligente, sensível e trabalhador". E abre o sinal verde para o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) ou quem quer que trabalhe nas reservas indígenas: "Não existe em mim nenhum espírito de prevenção contra ninguém, religioso ou leigo, nacional ou estrangeiro, contanto que se enquadre na legislação".

A COLABORAÇÃO

A presença e atividade de missionários e fundações junto às tribos indígenas do Brasil não preocupam o novo presidente da Funai. Pelo contrário. Ontem, disse que pede e espera "a colaboração de todos os escalões governamentais (União, Estados e municípios) bem como entidades de classe, seja fundações ou pessoas físicas".

Acha o Sr Nobre da Veiga que a movimentação, há pouco mais de um ano para cá, do

cacique Juruna e outros chefes indígenas pela Capital federal e principais cidades do país, mesmo para reclamar, "é apenas uma decorrência da chegada da Funai junto às tribos. Se o índio vem ao meio da civilização demonstra com isso, tacitamente, que ele está em processo de aculturação. Resta ver se as reclamações que ele faz são procedentes, por deficiências da Funai, ou se no fundo não significam que ele deseja maior integração".

O eleito afirma também que nunca esperou ocupar o cargo, para o qual agora o chamou o Ministro do Interior Mário Andreazza. No entanto, é oportuno lembrar que, quando Ministro dos Transportes, o Sr Andreazza teve o Sr Nobre da Veiga como seu assessor-chefe do Gabinete (1969-72).

MONUMENTO A SEPÉ

Fundador e editor de diversas obras — Opema em Ritmo de Brasil Novo, Romance das Estradas e Informativo Asser (Associação dos Supermercados do Estado do Rio de Janeiro) —, o homem que agora vai dirigir os rumos da Funai há três meses manifestou sua admiração pela causa indígena, em conferência na Sociedade de Tradição Gaúcha do Rio de Janeiro. Falou sobre o índio Sepé Tiarujú — morreu em 1752, em luta contra os Exércitos espanhol e português, quando defendia o direito que sua tribo tinha sobre o território dos Sete Povos das Missões, no Sul. O Sr Nobre



Nobre da Veiga

da Veiga explicou que achou por bem destacar Sepé como "exemplar defensor do território onde vivia". Acrescentou ter feito a conferência em decorrência de carta que escrevera, em 1954, ao Governador do Rio Grande do Sul, pedindo para que fosse erguido um monumento ao Cacique Sepé, no local onde ele foi morto.

Embora nunca tivesse ocupado cargo relacionado com a Funai, seu novo presidente lembra ainda que, quando aluno dos

irmãos maristas, em Curitiba (onde nasceu, em 1921), teve ocasião de conhecer "a figura altruística do índio brasileiro". E não era por mera curiosidade que, aos 13, 14 anos, não perdia um único capítulo do seriado O Último dos Moicanos, filmes de Hollywood em preto e branco, mas já falado e que mostravam a vida e depois o choque entre os índios e os colonizadores.

A LIBERDADE

Para o Brasil, a política indigenista é diferente, garante o novo dirigente da Funai. É a mesma que o Estatuto do Índio estipula em seu Artigo 2º, nº 1, e que o Sr Nobre da Veiga insiste em lembrar: "Estender ao índio os benefícios da legislação comum, sempre que possível a sua aplicação".

"Através da dedicação, trabalho e amor dos elementos constitutivos da Funai, em todos os seus escalões, estamos certos de que vamos realizar os objetivos dessa legislação com vistas à sua aculturação, ainda que nenhum índio seja condicionado a aceitá-la (a aculturação) de forma obrigatória".

"Não tenho nada que inventar. Nem mesmo quanto à demarcação das terras indígenas". Sua preocupação, acentua, é a mesma do antecessor, Sr Adhemar Silva: "Fazer a demarcação de todas as terras, sem datas pre-fixadas, mas dando sempre prioridade àquelas onde existem ou possam surgir conflitos".

Cimi acha que abertura não chegou

Brasília — "A nomeação para presidente da Funai do Coronel João Carlos Nobre da Veiga nos dá clara idéia de que os povos indígenas e a Funai ainda não foram atingidos pelo clima de abertura, porque estão em pleno regime ditatorial". Esta é opinião do Cimi (Conselho Indigenista Missionário).

Em nota distribuída à imprensa, depois de mencionar o currículo do Coronel João Carlos Nobre da Veiga, o Cimi conclui: "Parece que ele não está por fora da questão indigenista como se vem apresentando. Como coordenador da

Segurança e Informações da Cia. Vale do Rio Doce, Geologia e Mineração S/A, ele saberá, pelo menos, que esta multinacional é invasora de terras indígenas, como a dos yanomami (RO) e a dos tupiniquins (ES)".

"AMIGO DO ÍNDIO"

Talvez, diz o Cimi, lhe seja importante ignorar este tipo de experiência no passado, no confronto com a questão indígena, num momento em que o Coronel João Carlos Nobre da Veiga deve construir em torno de si uma ima-

gem de "amigo dos índios".

O Cimi reclama que, para a sucessão do Sr Adhemar Ribeiro da Silva, índios, indigenistas e funcionários da Funai não foram consultados. Sustenta que o processo de escolha "penetrou não apenas nas comunidades indígenas mas até no próprio órgão oficial, como os portugueses penetraram em 1500. A saber: tratando todos de ignorantes, nus e bárbaros".

O Coronel João Carlos Nobre da Veiga, para o Cimi, ao declarar que os Governadores de Roraima e Mato Grosso — "inimigos em potencial

dos índios" — se subordinarão à legislação federal, "atribui a si próprio um poder mágico".

"Esperamos que o Coronel, no seu novo tipo de contato com índios e indigenistas, tenha a oportunidade de conhecer a verdadeira história do Brasil, que certamente não conheceu quando estudante. Particularmente a dos povos indígenas, esmagados que foram pelos projetos colonialistas dos portugueses e, até hoje, por não menos colonialistas e depredadores como os da Vale do Rio Doce".

Indigenistas relembram segurança

A nomeação do Coronel João Carlos Nobre da Veiga para presidir a Funai demonstra, de novo, que o Governo encara o órgão tutelar das comunidades indígenas como questão de segurança nacional: a conclusão é de indigenistas que conhecem a fundo a história da Funai. Lembram que o Coronel João

Carlos Nobre da Veiga não tem nenhuma experiência no assunto, foi surpreendido com a missão e deixou a coordenação de Segurança e Informações da Cia Vale do Rio Doce, Geologia e Minérios. Desde criada, a Funai teve dois presidentes civis (o primeiro foi exonerado por corrupção, o engenheiro Adhe-

mar Ribeiro da Silva pediu demissão) e, agora, três militares.

O Sr Adhemar Ribeiro da Silva, cauteloso como todo mineiro, sempre negou sofrer pressões. Mas se sabe que um documento do Secretário do Interior e Justiça do Mato Grosso, Domingos Savio Brandão de Lima, enviado ao Palácio do Pla-

nalto com críticas a demarcação de reservas indígenas, o deixou muito contrariado; dias depois, pediu demissão.

A questão é que nem fora consultado sobre o documento, feito por técnicos matogrossenses a pedido de empresários paulistas, donos de projetos agropecuários no Estado.